

PEDAGOGIA DA ALTERNANCIA E ESCOLA FAMILIA AGRÍCOLA: PROPOSTA PARA PROMOÇÃO E O DESENVOLVIMENTO RURAL

SILVANA MARIA LAQUINI MORO¹, FLÁVIO SANTOS LOPES¹, ILDRANIS LAQUINI MORO³, CARLA SOUZA SANTOS⁴. JANINHA JERKE DE JESUS⁵

¹MEPES (Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo)/EFA-Castelo, Lopes.fs@ig.com.br

²MEPES)/EFA-Castelo

³MEPES /EFA-Rio Novo do Sul

⁴MEPES/EFA-Campinho - ramayane@yahoo.com.br

⁵ MEPES /Centro de Formação e Reflexão – Orientadora – janegerke@yahoo.com.br

Resumo- O homem do campo tem uma raiz cultural própria, um jeito de viver e de trabalhar distinto do mundo urbano, Mas com a expansão do modo de produção capitalista consolidou a crescente polarização da sociedade em duas classes distintas: os detentores da força de trabalho e os detentores dos meios de produção forçando muitos produtores a saírem do campo para a cidade. Os que ficavam, viviam em condições não tinham acesso a uma educação diferenciada. Essa realidade levou a idealização de uma educação voltada ao meio rural que permitisse aos jovens a não privação de sua família, da sua imprescindível força de trabalho, buscando a integração entre escola, trabalho e família. Dessa forma, a pedagogia que melhor atendia os interesses de uma educação voltada para o homem do campo seria a da alternância, a qual o aluno mantinha-se em espaços de tempos alternados entre a escola. Neste modelo de educação acontece um impacto positivo no desenvolvimento sustentável e solidário do campo com o fortalecimento da agricultura familiar e manejo agroecológico, além da elevação da auto-estima dos jovens e de suas famílias, havendo o resgate e valorização da cultura do homem do campo e expansão e adaptação da proposta nas distintas realidades brasileira.

Palavras-chave: Alternância; Educação do Campo, MEPES, Escola Família.

Área do Conhecimento: Ciências Humanas

Introdução

O homem do campo tem uma raiz cultural própria, um jeito de viver e de trabalhar distinto do mundo urbano. Tem maneiras diferentes de ver e de se relacionar com a natureza e seus fenômenos. Porém, as novas gerações estão sendo deseducadas para viver no campo, perdendo as raízes de sua identidade, sem projetos para o futuro.

Para reconhecer o novo perfil do homem do campo, com seu olhar diferente e sua forma especial de sentir, compreender o seu viver e o seu atuar, é necessário garantir uma educação voltada para o campo. Mas, isso só é possível por meio de um processo educativo que permita afirmar sua identidade, suas tradições e culturas.

É com esse intuito que surge a Pedagogia da Alternância, uma educação voltada para o meio rural, que valoriza o saber e a realidade vivenciada pelo indivíduo, de forma que os seus conhecimentos adquiridos na instituição de ensino são aplicados no seu dia-a-dia.

Sendo assim, há uma constante troca de saberes entre alunos e monitores, formando um conjunto atuante no contínuo aprendizado entre escola, família e comunidade. Neste âmbito, as escolas tradicionais pouco valorizam os conhecimentos adquiridos no cotidiano de cada educando. E como não é possível que esta atenda

a todas as realidades, o indivíduo da zona rural que freqüentam tal instituição, perde suas raízes, sendo desvinculado de suas origens e influenciados a afastar-se da mesma.

Devido à problemática em questão Benjamim & Caldart, (2000) vem desenvolvendo uma análise sobre a necessidade da implantação de uma nova pedagogia que se preocupe com todas as dimensões da vida, principalmente a promoção humana, segundo ele faz-se necessário uma mudança essencial na própria concepção de educação, pelo menos duas de suas vertentes mais conhecidas: aquelas que defendam uma independência da educação em relação ao seu contexto, entendendo-a como um reduto de pensar 'científico', necessariamente descolado das ações sociais concretas; e também aquela que, ao contrário, quer colar à educação as práticas sociais, mas de modo que ela se torne subserviente a interesses imediatistas, de grupos oficialmente minoritários e elitistas, vincular a educação a uma questão do campo é comprometê-la, na teoria e na prática, com a construção de alternativas para melhoria da qualidade de vida do povo.

Assim, no presente trabalho será abordado a respeito da Pedagogia da Alternância e o início das Escolas Famílias Agrícolas da rede MEPES (Movimento de Educação Promocional do Espírito

Santo) como uma alternativa viável e própria à educação do campo.

Evolução histórica da pedagogia da alternância

As primeiras décadas do século XX foram marcadas por profundas crises que desestabilizaram a economia, com reflexos na capacidade de absorção de mão-de-obra disponível. A expansão do modo de produção capitalista consolidou a crescente polarização da sociedade em duas classes distintas: os detentores da força de trabalho e os detentores dos meios de produção. As classes que obtinham simultaneamente a força de trabalho e os meios de produção não encontrariam campo de atuação, como o caso da agricultura familiar. No entanto, muitos dos camponeses buscavam possibilidades de permanência no seu meio, mesmo neste contexto desfavorável.

Segundo Nové-Josserand (1998), a busca incessante para as soluções dos problemas vivenciados Abbé Granereau, pároco de uma pequena igreja de Sérignac-Péboudou, na França, preocupado com a contínua perda de seus fiéis que se direcionavam ao meio urbano em busca de melhores condições de vida se juntou aos produtores rurais familiares que procuravam instrumentos de reversão a instável situação vivenciada. Estes, juntamente com os seus filhos não tinham no campo perspectivas de futuro. Atribuindo-se reciprocamente, a responsabilidade na elaboração de formas para modificar a situação presente, organizam-se em grupos familiares de agricultores para viabilizar a formação escolar de seus filhos, de forma que não produzisse os discursos de inviabilidade do meio rural.

A primeira dificuldade que os próprios moradores deveriam transpor era a mudança da sua própria mentalidade que era carregada de preconceitos. Eles próprios não acreditavam que o campo lhes pudesse proporcionar condições de vida digna e que a empregabilidade, a qualidade de vida combinada ao conforto, só seria possível à medida que o campo se constituísse de lembranças e as cidades representassem toda a concretização do ideal imaginário. Granereau via essa situação como um grande empecilho para a formação de uma educação para o meio rural e tentava através de suas idéias e debates transpor este pensamento.

Os princípios vivenciados por esses jovens não eram propícios para a construção de um novo ideal.

“Convivendo no labor diário para a realização das tarefas, vendo reduzidas as possibilidades de rompimento destas dificuldades e, ao contrário, vendo alargar a certeza de que a sobrevivência no meio rural se constituía de esforços cada vez mais duplicados, procuram persuadir, estimulados pela educação convencional, seus filhos abandonaram o campo indo na busca do sonho de uma vida

menos difícil nas cidades. O fascínio pelo que se oferecia as cidades não contagiava somente os pais. Os jovens embevecidos pelo seu brilho, passavam a migrar para as novas oportunidades imaginadas. Estes crescentes deslocamentos acarretam um envelhecimento precoce nas comunidades rurais. Ficam retidos no campo aqueles jovens insubstituíveis nas tarefas das unidades de produção, ou nas rendas obtidas com a venda de sua força de trabalho na própria região”. (CALIARI, 2002)

Essa realidade levou a idealização de uma educação voltada ao meio rural que permitisse aos jovens a não privação de sua família, da sua imprescindível força de trabalho, buscando a integração entre escola, trabalho e família. Dessa forma, a pedagogia que melhor atendia os interesses de uma educação voltada para o homem do campo seria a da alternância, a qual o aluno mantinha-se em espaços de tempos alternados entre a escola denominada da “Maison Familiale Rurale” e a propriedade familiar. O currículo proposto persistia na valorização do mundo rural e a realidade vivida pelos jovens e suas famílias.

O funcionamento efetivo da proposta aconteceu em 21 de novembro de 1935, a partir da experiência do padre Abbé Granereau que ministrava os conteúdos e se aprofundava nos conteúdos dos cursos de estudos agrícolas da escola superior de Purpan, pois não detinha grandes conhecimentos técnicos sobre agricultura. Em 1945, o número de Maison chegava a 587 e de acordo com Nozella (1977), a expansão das Maisons Familiares, bem como dos esforços da afirmação de sua identidade exigiam que seus dirigentes melhor organizassem o funcionamento das mesmas. Técnicos em educação e pedagogos compunham o quadro de estudos e sistematização da prática educacional da alternância. A formulação deste quadro teórico e técnico permitiu a ‘pedagogização’ do movimento, garantindo o abandono definitivo da improvisação e intuição pedagógica, adquirindo, deste modo, o caráter de padrão educacional alternativo viável e bem-sucedido”. (NOZELLA, 1977)

Em 1960 houve uma reestruturação do ensino na França e com as “Maisons Familiares” passaram a ser amparadas legalmente e incluídas, definitivamente no sistema de ensino do País.

A pedagogia da alternância fora da França

Essa prática educacional foi tão bem sucedida que rompeu as fronteiras da França e se expandiu no ano de 1961 para a região do Vêneto, norte da Itália. E nesta mesma década, o então Padre Humberto Pietrogrante, na sua missão jesuítica na região agrícola do sul do estado do Espírito Santo, se depara com uma conjuntura de empobrecimento das pequenas unidades

familiares que acabavam por incentivar o abandono de suas lavouras.

Assim como na Europa, o Brasil da segunda metade do século XX apresentava uma conjuntura de total abandono, desânimo e um grande êxodo para as cidades em consequência de um modelo econômico urbano – industrial, baseado no capital, na indústria e no latifúndio, voltado para a integração do campo a indústria moderna, privilegiando a grande empresa, suprimindo dessa forma a agricultura com base na pequena produção, pois a mesma não gerava lucros e não atendia os requisitos para a exportação. Foi nesse contexto de rompimento de equilíbrio da dinâmica da produção das pequenas unidades familiares do sul do Estado que Pietrogrande lançou-se ao trabalho, se envolvendo na busca de oportunidades que propiciasse melhores condições de vida ou, no mínimo, que amenizasse as dificuldades enfrentadas pelos itálos – brasileiros e seus descendentes que ocupavam regiões nos municípios de Anchieta, Alfredo Chaves, Iconha, Piúma e Rio Novo do Sul. Baseado nessa realidade vivenciada Padre Humberto Pietrogrande implanta a experiência das Maisons Familiares Rurales no Brasil, especificamente no sul do Estado do Espírito Santo, aqui denominadas Escolas Famílias Agrícolas (EFAs). Diante disso, Caliarí (2000), ressalva que a EFA se implanta no meio rural em pleno regime militar, cujas políticas públicas para o campo priorizam a grande produção agropecuária, o modelo da agricultura patronal voltada para monoculturas e mercados externos, com tendência à sofisticação tecnológica, com a consequente liberação generalizada de mão-de-obra e a proletarianização dos trabalhadores rurais. Um exemplo do processo de abandono da agricultura familiar e do empobrecimento do campo acontece na época, no Espírito Santo, com a erradicação da cafeicultura”. (CALIARI, 2000: 81)

Para operacionalizar o projeto EFA cria-se o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), que é fundado em Abril de 1968 como entidade civil mantenedora, filantrópica, sem fins lucrativos, como nos diz NOSELLA:

“Necessitando de uma representatividade legal, os ‘comitês locais’ reunidos no dia 25 de abril de 1968, na Câmara Municipal de Anchieta, constituíram o Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), com o objetivo de impulsionar a promoção humana através de uma ação comunitária que desenvolva a mais ampla atividade inerente ao interesse da agricultura e principalmente no que tange a elevação cultural, social e econômica dos agricultores. (NOSELLA,1997).

No âmbito das ações concretas na área educacional, o MEPES no ano de 1969, principiou as atividades da EFA de Olivânia, distrito de Anchieta, EFA de Alfredo Chaves e EFA de Rio Novo do Sul, Iconha e posteriormente ao norte do

Estado e outros Estados brasileiros. Constituiu o local de instalação das EFAs uma região rural, que conforme Zamberlan(1995) apresentavam algumas características sócias típicas semelhantes as diversas áreas do Brasil, mas por outro lado original em si: havia um homem no meio rural marginalizado pelo processo histórico, (...) bloqueado no seu crescimento humano e social; desvalorizado socialmente, sem vez e sem voz ;(...); empobrecido e cada vez mais explorado culturalmente e, enfim homem desfigurado em sua identidade cultural original, descuidando da mãe terra e orientado por um sistema econômico que estimula a dependência do café, com todos os problemas econômicos que traz esse tipo de economia.

O que é uma Escola Família Agrícola?

A EFA (Escola Família Agrícola) é uma associação de famílias, pessoas e instituições que se unem para promover o desenvolvimento rural sustentável através da formação dos jovens e suas famílias.

Esta tem por finalidade promover uma formação integral de adolescentes, jovens e adultos em um contexto sócio-geográfico concreto. Contribuindo para a promoção e desenvolvimento local solidário: tendo como referência a agricultura familiar, pela grande importância social, econômica, política, ecológica, cultural e tendo como perspectiva a qualidade de vida no campo.

Assim, o gráfico a seguir apresenta os métodos da Pedagogia da Alternância, confirmando o trabalho desenvolvido nas Escolas Família Agrícolas.



FIGURA 1 - Gráfico do Método da Alternância

No meio sócio-profissional–familiar acontece a pesquisa e a observação da realidade (busca de saberes e experiências). No ambiente escolar/centro educativo realizam-se a reflexão, problematização e aprofundamento (sistematização dos conhecimentos). De volta ao meio sócio profissional familiar o jovem aplica seus conhecimentos na prática, realiza novas experiências e pesquisas (confronto dos saberes teóricos e saberes práticos).

Nesse sistema pedagógico o processo de ensino e aprendizagem desenvolve-se a partir da

experiência e da realidade concreta dos educando, onde o meio sócio profissional representa o eixo principal dessa proposta pedagógica.

As ações educativas da EFA (Escola Família Agrícola) são desenvolvidas por uma equipe de educadores denominados de “monitores”, que conhecem a realidade do meio rural e possuem uma formação específica em pedagogia da alternância, que se dedicam em tempo integral para proporcionar aos jovens uma educação de qualidade. O educador é chamado de monitor, pois ele é o que anima e incentiva, provoca os processos formativos numa lógica da construção do conhecimento. Além das aulas acompanham os alunos no internato e nos projetos produtivos junto as suas famílias.

Na EFA (Escola Família Agrícola), o ensino e formação acontecem a partir de uma rede de cooperação que articula alunos, pais, profissionais, lideranças de comunidade e os monitores/professores. Nesta rede o aluno é o sujeito principal do seu processo formativo e os monitores são os canalizadores desse processo, pois eles articulam e fazem interagir o conjunto dos parceiros. Pode-se afirmar então que a Escola Família Agrícola é um sistema educativo em que a Pedagogia da Alternância é a sua base metodológica específica e a associação constitui um dos princípios fundamentais da participação das famílias, pessoas e entidades afins, na gestão e partilha do poder educativo. A experiência é fruto de uma longa construção histórica em prol de uma educação voltada para o contexto real do campo. E nessa construção envolvem-se muitos atores, mas os agricultores protagonizaram essa iniciativa e deverão continuar como os sujeitos principais para garantir e identidade e o futuro do sistema de alternância, pois não há escola de alternância sem a participação ativa das famílias, além da participação de órgãos públicos e entidades que devem se dar na forma de parcerias. Assim, as Escolas Famílias Agrícolas buscam a sua manutenção financeira através de recursos oriundos das contribuições das famílias, de convênios com as prefeituras municipais, órgãos estaduais e federais, parcerias e projetos com instituições não governamentais do Brasil e exterior, assim como doações, campanhas e produção de suas propriedades agrícolas.

Nesta ânsia de valorização ao homem do campo a pedagogia da alternância busca como clientela jovens oriundos do espaço rural, dos diferentes segmentos, havendo um peso maior para filhos de pequenos e médio agricultores.

Com isso, a pedagogia da alternância trás resultados que são obtidos ao longo dos tempos, com a qualidade de ensino-aprendizagem elevada havendo baixo índice de evasão e repetência, fortalecendo dessa forma as organizações do campo, com jovens formados abrangendo uma

visão crítica e com forte vínculo com a família e comunidades, além da forte participação das mesmas em todo o processo educativo.

Assim, cerca de 80% dos jovens formados nas EFAs (Escolas Famílias Agrícolas) permanecem no campo com um projeto profissional de vida, pois grande numero de jovens continuam atuando na agricultura familiar, exercendo vários tipos de lideranças nas organizações e movimentos sociais no campo, assim como em outros setores da sociedade, sempre em busca de melhoria das condições socioeconômicas das famílias envolvidas com o trabalho das EFAs.

Conclusão

É através da formação associada ao mundo do trabalho e a partir das experiências dos educandos que a EFA proporciona aos jovens uma educação de qualidade que lhes permite descobrir a sua vocação e desenvolver o seu projeto profissional ou projeto de vida, junto com as suas famílias e no meio em que vivem, abrindo as possibilidades de inserção profissional e empreendedora com sucesso e a dignidade no campo, como agente de transformação do meio rural.

Neste modelo de educação acontece um impacto positivo no desenvolvimento sustentável e solidário do campo com o fortalecimento da agricultura familiar e manejo agroecológico, além da elevação da auto-estima dos jovens e de suas famílias, havendo o resgate e valorização da cultura do homem do campo e expansão e adaptação da proposta nas distintas realidades brasileira.

Referências

BENJAMIM, César & CALDART, Roseli Salete. **Projeto popular e escola do campo**. Ed.03: Brasília, Peres, 2000.

CALIARI, Rogério Omar. **Pedagogia da Alternância e Desenvolvimento Local**. Minas Gerais, 2002.

NOZELA, P. **Uma nova educação para o meio rural**.1977, 204p. Dissertação de mestrado – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. 1977.

ZAMBERLAN, Sérgio. **Pedagogia da Alternância**. ES,1995. In: MANSUR, Ronald. et al. **MEPES 28 Anos**. Vila Velha. 1996.

NOVÉ-JOSSERAND, Florent. **Criação da Primeira Maïsson Familiale: Desenvolvimento Inicial**. IN: “ L’ etonnant Histoire das Maïssons Familiales Rurales”. Trad. Thiery de Burglgrave. Salvador-BA. 1998.